

ODF na Caixa

ODF será tão irresistível quanto o poder de sedução de seus implementadores.

por Paulo Maia da Costa

developerWorks



Em todo o Brasil há várias histórias de adoção de padrões abertos por empresas dos mais diversos tamanhos e setores. A **Linux Magazine**, em parceria com o Portal de Tecnologia *developerWorks*, da IBM, e a ODF Alliance, lançou o concurso *Padrão Aberto, Prêmio Certo* com o objetivo de selecionar os três casos de sucesso mais significativos na adoção do formato de documentos de escritório *ODF* (*Open Document Format*).

O Portal de Tecnologia IBM *developerWorks* é um importante repositório de documentação altamente relevante para todos os profissionais de TI. Alguns dos seus destaques são a opção de download gratuito dos softwares IBM para teste, dando acesso às ferramentas do *DB2*, *Lotus*, *Rational*, *Tivoli* e *WebSphere*, os *webcasts* que possibilitam o treinamento online e presencial e o *alphaWorks*, espaço onde o centro de pesquisas da IBM apresenta suas tecnologias.

Após narrar a adoção do ODF no Banco do Brasil [1], apresentamos agora o segundo vencedor do concurso.

ODF na Caixa Econômica Federal

A princípio, a adoção de um padrão para documentos de escritório que garanta a independência de aplica-

tivo de edição e visualização, como proposto pelo formato ODF, pode parecer um convite à anarquia tecnológica, levando ao caos financeiro as companhias que produzem e vendem aplicativos de escritório. No entanto, a questão merece uma análise mais profunda sob aspectos mais abrangentes.

Bandeiras de fornecedores espalhando incertezas sobre a garantia do futuro e da sustentabilidade do modelo são hasteadas a todo momento em diferentes localidades, levando os mais desavisados a nem tentar ou considerar a possibilidade. Essas avaliações de técnicos trazem dúvidas quanto ao aproveitamento dos documentos que já fazem parte dos acervos de empresas ou pessoas, e que são utilizados por esses mesmos desavisados para inibir ou restringir as iniciativas daqueles que percebem as novas possibilidades que acompanham o padrão aberto.

Por outro lado, os usuários que de certa forma já estão habituados ao modo de operação das ferramentas de escritório sentem-se muito desconfortáveis em alterar sua rotina já estabelecida, também em decorrência das bandeiras de incerteza e dúvida. Afinal, não se pode perder todo o acervo de documentos agrupados após tanto tempo, nem tampouco perder a

interoperabilidade com os colegas com os quais trocam documentos por email.

Existem também os processos das organizações, apoiados em soluções complexas, desenvolvidas sobre os aplicativos de escritórios, que vão exigir novas implementações e correções que, nas orientações dos consultores técnicos certificados pelos fornecedores, serão mais caras do que a nova versão das ferramentas, e sem garantia de suporte no padrão aberto. Assim, o medo de se arriscar na adoção do padrão aberto impede que a experimentação e a inovação sejam consideradas, ante a possibilidade de todos os processos entrarem em colapso, iniciando assim os menos favorecidos financeiramente no mundo da pirataria para que possam permanecer no mercado ante os altos custos das novas versões das soluções proprietárias.

Dessa forma, o jogo de contra-informações espalhando medo, incertezas e dúvidas ganha o patrocínio daqueles que, de alguma forma, beneficiam-se com as compras e vendas de produtos ou serviços na famigerada cadeia de produção de cópias do mesmo código-fonte compilado várias vezes, ou mesmo daqueles que julgam reter o conhecimento de uso dessas soluções como uma forma de poder ameaçado por essa suposta “alucinação” de Código Aberto.

Quando se propõe a definição de um padrão aberto para uso geral, inclusive para os agentes da cadeia produtiva comercial, agrega-se o princípio da interoperabilidade total dos documentos, independente de qualquer ferramenta ou fornecedor. Ao mesmo tempo, propõe-se a garantia de uso do documento em qualquer tempo da história, sejam comerciais ou não, das organizações e usuários, da mesma forma como se garante o acesso ao acervo de conhecimento e dos registros histórico sem que se precise ficar dependente de ferramentas e fornecedores que com o tempo deixam de existir ou tornam-se incompatíveis com o legado.

Cultura

Toda mudança tecnológica implica também uma mudança cultural e, independente do tipo de solução, exige um planejamento metódico, baseado em melhores práticas de mercado, uma certa dose de ousadia quando se propõe criar novos paradigmas, e bastante coragem para se expor e enfrentar as resistências naturais. São fatores críticos de sucesso tanto para o campo pessoal de quem se propõe à mudança quanto para as organizações.

Na Caixa Econômica Federal, a adoção do padrão ODF vem ao encontro de sua natureza de empresa de inclusão e promoção social, ou seja, possibilitando aos cidadãos o acesso a serviços bancários, a benefícios sociais ou à aquisição de bens e serviços que lhes garantam liberdade e independência.

Nas diversas relações com a sociedade, a Caixa produz e movimentava diversos documentos em forma de contratos, e gera documentos em forma de orientação aos seus clientes e fornecedores. Assim, com a adoção do padrão ODF, esses documentos e modelos poderão ser gerados com soluções que desobrigam tanto a Caixa quanto os seus entes de relacionamentos da aquisição de

soluções proprietárias, promovendo assim sua liberdade e independência tecnológica. Dessa forma, os alunos e professores universitários, as pequenas e microempresas, os funcionários da Caixa e demais entidades públicas, as prefeituras, os profissionais liberais, enfim, todos os atores da sociedade que se relacionam com a Caixa terão uma alternativa que lhes garantirá a liberdade de escolha. Agrega-se a isso os benefícios da garantia de preservação e acesso ao acervo dos documentos a qualquer tempo.

Governo

Evidencia-se, desse modo, o poder de influência do Governo no mercado no que diz respeito a padrões e tendências (que deve ser utilizada em benefício da sociedade), que é o caso da adoção do padrão ODF.

Na Caixa, cerca de 90 mil computadores receberam a solução BrOffice, que foi instalada em convivência com a solução de escritório da Microsoft. A instituição comprou a licença para utilizar versões da solução proprietária até 2003, o que significa que qualquer atualização exigiria uma nova aquisição. A adoção do pacote de escritórios livre, já compatível com o padrão ODF, proporcionará economia de pelo menos 90 mil novas licenças do *Microsoft Office* para o erário público. A estratégia previu a convivência das duas soluções, permitindo um período de adaptações enquanto a corporação vai absorvendo o modo de operação da nova solução em respeito à cultura organizacional já estabelecida.

Para a adoção por parte dos usuários, está sendo realizado um trabalho de conscientização da razão da mudança, e uma forma de sedução através da disponibilização de documentos no formato ODF, além da criação de novos modelos e padrões da comunicação oficial da empresa nesse novo formato, em que o usuário, sem perceber, inicia no uso do BrOffice quan-

do recebe um documento que pode ser aberto com um simples clique do mouse. Em paralelo, auto-treinamentos estão disponíveis para os usuários, foi contratada uma empresa para suporte e evolução da solução, com empregados das comunidades livres que mantêm a solução, e *help-desk* capacitado com o fluxo de atendimento totalmente definido. Em breve, a solução proprietária será desinstalada, pois as dependências dos sistemas e processos estarão eliminadas.

Dessa forma, a Caixa oferece o benefício da independência tecnológica, em consequência do acesso ao código-fonte da solução. Ou seja, permite ajustes e melhorias a qualquer tempo e por qualquer empresa, com itens personalizados de segurança podendo ser agregados à solução e garantindo ainda a preservação da própria história em acervos e legados de documentos devido à possibilidade de se manter a solução de acesso e edição. A Caixa pode também colaborar para a melhoria da ferramenta e impulsionar os mesmos ganhos para toda a sociedade do Brasil e do mundo, pois, via de regra, as soluções tecnológicas que conseguem entrar em produção em ambientes complexos e geograficamente dispersos como o da Caixa provam sua viabilidade em qualquer outra organização. ■

Mais informações

[1] Dinis Agostinho, "Ampla adoção": http://www.linuxmagazine.com.br/article/ampla_adocao

Sobre o autor

Paulo Maia da Costa é Gerente Nacional de Projetos de TI da Caixa Econômica Federal em Brasília, onde coordena os projetos estratégicos da Caixa no âmbito da TI. Trabalha com tecnologia na Caixa Econômica Federal desde 1989, e liderou as iniciativas de adoção de Software Livre na empresa.